

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Anelise Ramos Francisco

**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM
COMUNIDADES CARENTES**

Porto Alegre
2007

Anelise Ramos Francisco

**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM
COMUNIDADES CARENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi –
CRB 10/1511

Porto Alegre
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. José Carlos Ferraz Hennemann
Vice Reitor: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof. Dr. Valdir José Morigi
Vice Diretor: Prof. Ricardo Schneiders da Silva

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Iara Conceição Bitencourt Neves
Vice-chefe: Profa. Me. Jussara Pereira Santos

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Vice-coordenadora: Neiva Helena Ely

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

F818p Francisco, Anelise Ramos
O papel social do bibliotecário na construção da cidadania em comunidades carentes/ Anelise Ramos Francisco; orientação de Prof. Dr. Valdir Jose Morigi. – Porto Alegre, 2007.
f.
1. Profissional da Informação. 2. Bibliotecário
3. Função social. 4. Cidadania
I. Morigi, Valdir Jose. II. Título.

CDU 02:016

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705
Porto Alegre/RS
CEP: 90035-007
Fone: (51) 3316-5146
Fax: (51) 3316-5435
E-mail: fabico@ufrgs.br

Anelise Ramos Francisco

**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM
COMUNIDADES CARENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Conceito final:

Aprovado em: _____ de _____ de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Esp. Eliane Lourdes da Silva Moro - UFRGS

Prof^a Me. Maria do Rocio Fontoura Teixeira – UFRGS

Orientador – Prof. Dr. Valdir Jose Morigi – UFRGS

In Memoriam

Dedico este trabalho a minha querida e amada avó, Hermenegilda, pelo amor destinado a mim e pelo exemplo de obstinação perante os obstáculos que vida nos empoe.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por tudo e por me ajudar a trilhar o caminho a seguir.

Ao meu orientador Prof. Dr. Valdir Jose Morigi, pela disponibilidade em me orientar, pela paciência em responder aos meus questionamentos e, principalmente, pela liberdade que me concedeu para desenvolver deste estudo.

Aos professores do Curso de Biblioteconomia, pelos incentivos e primorosos ensinamentos para a minha qualificação quanto profissional.

Às professoras Eliane Lourdes da Silva Moro e Maria do Rocio Fontoura Teixeira por aceitarem fazer parte da minha banca.

A todos da minha família, em especial a minha mãe, Eloa, pelo amor, incentivo, carinho, dedicação e por fazer parte da minha vida.

Ao meu futuro esposo, Cassiano, pelo amor, compreensão, paciência e incondicional apoio para o desenvolvimento deste trabalho.

A minha supervisora de estágio no BRDE, Adriana Reus, pelos ensinamentos, apoio e compreensão na fase final da minha formação profissional.

O leitor que mais admiro é aquele que não chegou até a presente linha. Neste momento já interrompeu a leitura e está continuando a viagem por conta própria.

*Mário Quintana
A Arte de Ler*

RESUMO

Este estudo busca verificar o papel do profissional bibliotecário no desenvolvimento humano da sociedade. Apresenta a importância da democratização e do acesso à informação para a construção e o fortalecimento da cidadania das comunidades excluídas socialmente. Busca definir a atuação social do profissional da área de Biblioteconomia e a sua interrelação com o desenvolvimento sociocultural das comunidades carentes de informação. A pesquisa aborda, ainda, a tímida preocupação social das universidades no contexto da formação acadêmica do futuro profissional da Biblioteconomia.

Palavras-chave: Profissional da informação. Bibliotecário. Papel social. Cidadania. Comunidades carentes. Bibliotecas alternativas. Formação acadêmica.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of librarians in relation to the human development of society. It points out the relevance of the democratization and access to information for the construction and consolidation of citizenship among socially excluded communities. It attempts to define LIS professionals' social performance and their interrelation with sociocultural developments among those communities in need of information. Moreover, this research approaches the scarce social concern universities have concerning the education and training of future LIS (Library and Information Science) professionals.

Key words: Information professional. Librarian. Social role. Citizenship. Needy communities. Alternative libraries. Academic education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo Geral	13
2.2 Objetivos Específicos.....	13
3 O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UTOPIA OU REALIDADE?	14
3.1 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA CIDADANIA	14
3.2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, CIDADANIA E A FUNÇÃO SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO	21
3.3 ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NAS COMUNIDADES CARENTES.....	27
5 CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teórico visa compreender a função social do profissional da informação – bibliotecário – em relação a sua atuação na construção da cidadania e em seu exercício em comunidades carentes. Para tanto, foi necessário identificar quais as relações existentes acerca da cidadania no contexto da Biblioteconomia e as necessidades informacionais das comunidades carentes. Além disto, foi preciso verificar o papel da informação na construção da cidadania nestas comunidades, delinear o perfil do bibliotecário que atua em comunidades carentes, e identificar que ações cidadãos o bibliotecário pode realizar para desempenhar sua função social junto à comunidade. Assim, ele pode contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e justa, esclarecer os cidadãos através do acesso às informações, acerca de seus direitos e deveres, auxiliando-os na participação efetiva na vida pública.

O bibliotecário que atua em comunidades carentes, seja em bibliotecas comunitárias, populares ou públicas, deve ter consciência de sua responsabilidade social para a construção da cidadania, priorizando em suas ações, o direito à informação, por se tratar de uma condição essencial na formação do cidadão. No desempenho de suas atividades, este profissional deve oferecer serviços que orientem à comunidade, motivando-a a buscar seus direitos e deveres, oferecendo-lhes condições de conquistar sua cidadania plena, ou seja, a conquista e o exercício de seus direitos e deveres. Os bibliotecários voltados às comunidades carentes são intermediadores da informação, pois a traduzem em uma linguagem inteligível para a população, transpondo as informações solicitadas para um suporte alternativo, como, por exemplo, a utilização de mídias alternativas, objetivando não excluir os analfabetos do fundamental direito à informação.

O presente estudo se justifica pela necessidade de compreender o compromisso social do profissional bibliotecário frente às comunidades menos favorecidas, sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática através do acesso à informação, bem como compreender as práticas sociais destes profissionais nestas comunidades para a conquista da cidadania plena.

Este tema foi escolhido como objeto de estudo pelo interesse pessoal de aprendizagem e divulgação sobre a relevância da atuação do profissional bibliotecário como agente social.

Este trabalho foi inspirado pela disciplina eletiva BIB03082 - Informação e Cidadania, ministrada pelo Prof. Dr. Valdir Morigi, a qual fez surgir grande interesse por parte da aluna sobre o posicionamento social do bibliotecário e de que forma sua *práxis* pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos excluídos socialmente.

2 OBJETIVOS

Neste capítulo, descreve-se os objetivos geral e específicos, desenvolvidos neste trabalho.

2.1 Objetivo Geral

Compreender a função social do bibliotecário em relação à construção da cidadania nas comunidades carentes.

2.2 Objetivos Específicos

Identificar que ações cidadãs o bibliotecário pode realizar para desempenhar a sua função social;

Identificar quais as competências profissionais¹ que o bibliotecário deve possuir para realizar um trabalho que auxilie na construção da cidadania de comunidades carentes;

Verificar que funções sociais o profissional bibliotecário pode desempenhar junto às comunidades carentes.

¹ Cf. VALENZUELA URRRA competências profissionais podem ser compreendidas por: “tudo que tem relação com as habilidades, destrezas e os conhecimentos teóricos-práticos necessários para cumprir uma função especializada de um modo socialmente reconhecida e aceitável” (tradução nossa)

3 O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UTOPIA OU REALIDADE?

Através da educação, o indivíduo adquire informação, conhecimento, cultura e lazer. A informação conduz as mais variadas formas de conhecimento, inclusive sobre os direitos e deveres da cidadania. Serve também para integrar o indivíduo ao grupo e à cultura na qual está inserido e, capacitá-lo para atuar social e profissionalmente de forma crítica e criativa.

De acordo com Rocha (2000, p. 44) “[. . .] o fator educação assume papel fundamental [. . .]. É ela que viabiliza o projeto da sociedade do conhecimento e operacionaliza a formação e o exercício da cidadania.” Pois, tendo em vista, ser a educação base primordial para a construção do conhecimento, o bibliotecário deve aliar suas práticas profissionais à educação, visando amenizar as diferenças sociais presentes em nossa realidade social.

Neste sentido, a formação curricular do futuro profissional bibliotecário, deve proporcionar ao aluno de Biblioteconomia uma base curricular interdisciplinar tendo em vista o enfoque da educação como suporte para a construção e promoção da cidadania para as populações excluídas da sociedade. O bibliotecário deve inserir-se na questão da educação como um agente de transformação social, atuando de forma interdisciplinar em conjunto com educadores, assistentes sociais e sociólogos, com o intuito de incluir socialmente as comunidades carentes, proporcionando a tais comunidades subsídios para a sua emancipação social.

3.1 História e Evolução da Cidadania

A palavra cidadania é oriunda de termos derivados do latim e do grego. Do latim temos a palavra *civis*, que gerou outra palavra *civitas*, a qual tem como significado “cidadania”, “cidade” ou “Estado”. Do grego temos a palavra *polis* que possui o significado

de cidade, que por sua vez, gerou outra palavra, *polites* que possui como significado “cidadão”. (DEMANT, 2003).

As duas principais bases para a construção da cidadania vieram de Grécia e Roma. Na Antiguidade, em razão do aumento populacional no Mediterrâneo, e conseqüentemente pelo crescimento econômico e social, gregos e fenícios fundaram colônias, uma forma de organização social própria, as cidades-estado. As cidades-estado eram constituídas por um território agrícola ocupado e explorado por populações constituídas por camponeses.

As cidades-estado eram colônias caracterizadas por serem unidades politicamente autônomas, nas quais seus habitantes se estruturavam como comunidades, excluindo os estrangeiros e defendendo seu território da agressão externa. Somente os membros da comunidade tinham acesso a terra.

A identidade destas comunidades foi sendo consolidada ao longo do tempo, sem que fosse constituída uma unidade étnica ou racial. Definiram seu território, fechando o acesso à comunidade externa. Produziram cidadãos, cultos comuns, moeda cívica, língua, leis e costumes coletivos.

Segundo o filósofo grego Aristóteles, fora da cidade-estado não haviam indivíduos plenos e livres, com direitos e garantias sobre sua pessoa e seus bens, pois o exercício da cidadania pressupõe o comprometimento coletivo. Conforme Guarinello (2003, p.35), “[. . .] pertencer à comunidade era participar de todo um ciclo próprio de vida cotidiana, com seus ritos, costumes, regras, festividades, crenças e relações pessoais.”

De acordo com Guarinello (2003), a formação dessas comunidades não se caracterizava por um processo de inclusão política e social. Devido ao fechamento das cidades-estado, nem todos os habitantes destas comunidades eram cidadãos, apesar de participarem da sociedade com seu trabalho e recursos financeiros e materiais.

O conceito de cidadania foi sendo construído ao longo dos séculos. Por volta do século II a.C., com o surgimento do Império Romano marcado pela aristocracia, houve o desaparecimento da participação política e, conseqüentemente, ser cidadão romano passou a ser privilégio. O título de cidadão podia ser obtido através da hereditariedade, alforria ou concessão, individual ou coletivamente e aos súditos do imperador, ou seja, a cidadania passou a ter vínculos pessoais e não mais público como na Grécia, que se caracterizava por ser uma democracia.

A respeito da história da cidadania antiga, Guarinello (2003, p.45-6) sintetiza esclarecendo:

[. . .] a história da cidadania antiga só pode ser compreendida como um longo processo histórico, cujo desenlace é o Império Romano. De pertencimento a uma pequena comunidade agrícola, a cidadania tornou-se, com o correr dos tempos, fonte de reivindicações e de conflitos [. . .]. Participação no poder, igualdade jurídica, mas também igualdade econômica foram os termos em que se puseram [. . .] esses conflitos, até que um poder superior se estabeleceu sobre o conjunto das cidades-estado e suprimiu da cidadania comunitária [. . .] sua capacidade de ser fonte potencial de reivindicações.

A cidadania é um termo relacionado à vida em sociedade e à participação política. De acordo com DALLARI (2006)², na Roma antiga, a palavra cidadania foi utilizada para indicar a situação política de um indivíduo e que direitos tinha ou podia exercer. Na sociedade romana havia discriminações onde os indivíduos eram diferenciados pelas classes sociais que ocupavam. Havia, ainda, distinção entre cidadania passiva e cidadania ativa³. De acordo com Benevides (2000 *apud* Schmidt, 2006)⁴:

[. . .] há uma distinção entre cidadania ativa e cidadania passiva. A autora afirma que, o indivíduo é um cidadão passivo, na medida em que todos, em uma determinada sociedade, estão sujeitos à intervenção e sanção de uma ordem jurídica, ou seja, a partir da Constituição vigente, todos têm direitos e deveres. Porém, para que o indivíduo se torne um cidadão ativo, é fundamental efetivar sua participação nas esferas de poder, tanto para participar nos processos decisórios, como para se organizar na reivindicação de direitos sociais, econômicos e culturais.

Na Roma antiga, apenas os homens eram considerados cidadãos ativos e possuíam o direito de participar politicamente da sociedade ocupando altos cargos administrativos. No entanto, mulheres e crianças não possuíam tal direito, pois eram consideradas cidadãs passivas.

Grécia, apesar de ter sido uma das principais contribuições para a evolução da cidadania, Funari (2003, p.49) ressalta as diferenças de tratamentos que os cidadãos tinham tanto em Grécia quanto em Roma:

² Documento Eletrônico.

³ Conforme Pinho (1997) cidadania ativa refere-se à participação na vida política da sociedade e a cidadania passiva é aquela cidadania outorgada pelo Estado.

⁴ BENEVIDES, M. V. Entrevista realizada por Silvio Caccia Bava, diretor da ABONG, janeiro de 2000.

Se para os gregos havia primeiro a cidade, *polis*, e só depois o cidadão, *polites*, para os romanos era o conjunto de cidadãos que formava a coletividade. Se para os gregos havia cidade e Estado, *politeia*, para os romanos a cidadania, *civitas*, englobava cidade e Estado.

Em Roma, a conquista pelos direitos de cidadania foi marcada pelas constantes guerras e lutas entre os grupos rivais e, até mesmo, aliados. Roma também foi marcada pela estratificação de dois grandes grupos, os patrícios e os plebeus. Os patrícios eram considerados cidadãos de pleno direito, enquanto que os plebeus apesar de gerarem riquezas e lutarem nas guerras entravadas por romanos e os povos estrangeiros não eram considerados cidadãos romanos, em razão de não poderem participar da vida política da cidade.

O maior postulado de Roma para o estabelecimento dos direitos de cidadania foi a publicação da Lei das XVII Tábuas a qual codificou, através da forma escrita, a legislação tradicional praticada em Roma. Apesar de esta lei prever grande poder aos patriarcas, como eram chamados os patrícios, todos podiam recorrer a ela para interceder por seus direitos. Através da Lei das XVII Tábuas, foi instituída a classificação das posses pelas pessoas, fato que reconheceu a importância social dos plebeus ricos, antes excluídos por não pertencerem à nobreza. Com a codificação das leis tornando-as escritas e públicas, afixado-as em local de domínio público, observa-se a preocupação dos romanos em garantir o direito ao acesso à informação, base primordial para a obtenção da cidadania.

Em 369 a.C. foram aprovadas pelos tribunos da plebe Caio Licínio e Lúcio Séxtio, leis que abririam caminho aos direitos sociais. Tais leis garantiam maiores direitos políticos aos plebeus ricos, antes somente concedidos aos patrícios, e também começavam a ser criados alguns benefícios sociais para as camadas mais pobres da população.

Ao longo do tempo foram sendo criadas leis fundamentais para o avanço dos direitos de cidadania. Uma delas foi a Lei Poetélia Papírica, de 326 a.C. que estabelecia a abolição da servidão por dívida adquirida pelos pobres que, em razão destas dívidas eram escravizados até que fosse determinada a quitação da dívida, além de, ainda que temporariamente, perderem todos os direitos civis. A Lei Poetélia Papírica foi essencial para o início do desenvolvimento da cidadania romana, pois trazia como princípio fundamental o direito aos cidadãos pobres de se manterem livres. Outra grande contribuição de Roma à conquista da cidadania foram as eleições ocorridas através dos comícios, onde se elegiam os *questores*, *edis*, tribunos militares

e tribunos da plebe, nas quais os pobres e os libertos tinham o direito ao voto. (FUNARI, 2003).

Além dos gregos e romanos, outros povos também tiveram grande importância para a consolidação da evolução da cidadania. Entre eles, ganham destaque especial os ingleses, os americanos e os franceses.

No século XVII ocorreu a primeira revolução burguesa da história. A Revolução Inglesa datada de 1640 foi o ponto de partida para o desenvolvimento dos direitos de cidadania, que perdurou até 1688 e deu origem ao primeiro país capitalista do mundo, o que propiciou a geração de trabalho.

Um dos processos integrantes da Revolução Inglesa foi a Revolução Gloriosa ocorrida em 1688, caracterizada pelas lutas entre os reis e o Parlamento, representante legal da burguesia. Surge então, em 1689 a Era dos Deveres dando espaço a uma Era dos Direitos com a publicação da Carta de Direitos, a *Bill of Rights*.

A Constituição Federal Americana ocorrida em 1786 caracterizou-se por ser uma constituição conservadora e foi elaborada sobre uma estrutura de equilíbrio entre poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A fim de resguardar os direitos civis, a Convenção Constitucional formada por George Washington e James Madison, representando o Estado de Virgínia; Benjamin Franklin por Pensilvânia e Alexander Hamilton representando Nova York, apresentaram ao Congresso Nacional Americano, emendas à Constituição, que por sua vez as enviou aos demais Estados americanos para ratificação (da constituição nos Estados) Tais emendas ficaram conhecidas como *Bill of Rights* (Lei de Direitos) e conforme Singer (2003, p, 206) “[. . .] tornavam o governo federal [americano] o guardião das liberdades de palavra, imprensa, culto, petição, reunião, julgamento justo e segurança me casa contra intromissão oficial”. Emendas seguintes foram incorporadas à Constituição Americana, todas visando à inovação ou ampliação dos direitos civis. De acordo com Singer (2003, p. 206):

A 13^a. [emenda] acaba com a escravidão, a 14^a. declara que todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos EUA são cidadãos. Nenhum estado deve fazer ou impor qualquer lei que restrinja os privilégios ou imunidades dos cidadãos dos EUA; nem pode qualquer estado privar qualquer pessoa da vida, liberdade ou propriedade, sem o devido processo legal. Nem negar dentro de sua jurisdição a igual proteção das leis. A 15^a. emenda diz que o direito dos cidadãos dos EUA de votar não poderá ser negado ou restrito pelos Estados Unidos por causa da raça, cor ou condição prévia de servidão.

Em 1789, inspirada pela Declaração de Independência dos Estados Unidos, foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Surge então, uma noção diferenciada de cidadania inspirada pelos ideais iluministas, baseados em Grécia. Estes pensadores do século XVIII visualizavam a cidadania como uma atividade participativa e por este motivo pregavam a liberdade do povo. O ponto crucial da cidadania deste século era garantir a liberdade individual em oposição à falta de igualdade social. Para os iluministas da Revolução Francesa, a cidadania deveria ser compreendida como um direito de todos, sem que houvesse qualquer forma de discriminação.

Durante as Revoluções Burguesas ocorridas nos séculos XVII e XVIII, ingleses e franceses possuíam objetivos de restabelecer a cidadania política que havia sido extinguida pelo poder do absolutismo monárquico e reconhecer a universalidade dos direitos humanos. Neste sentido, a palavra cidadania passou a simbolizar a “igualdade de todos”. Esta idéia foi defendida pelos burgueses objetivando a participação no governo de forma ativa, visando se defenderem das regras impostas pelos reis absolutistas, as quais infringiam os direitos destes cidadãos. (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO 2006)⁵.

A partir do século XVIII com os ideais da Revolução Francesa - liberdade, igualdade e fraternidade - surgiram grandes modificações no tocante ao direito de cidadania. Todos os indivíduos deveriam ter os mesmo direitos de participar do governo, não havendo mais distinção entre nobres e não-nobres, ricos e pobres ou entre homens e mulheres. Contudo, em 1791, os líderes desta Revolução aprovaram a primeira Constituição Francesa, na qual ressurgiu a diferenciação entre cidadania passiva e cidadania ativa, baseada nos moldes da Roma antiga. Com isto a idéia de cidadania plena sofre um retrocesso, deixando de ser um símbolo de igualdade entre os indivíduos, surgindo, dessa forma, uma nova classe de privilegiados. Neste contexto, para ser considerado cidadão, era preciso ser francês, do sexo masculino, ser proprietário de bens imóveis e ter uma renda mínima anual elevada, reconstituindo a exclusão das mulheres, comerciantes, trabalhadores e das camadas mais pobres da sociedade. (DALLARI, 2006)⁶.

Com a Revolução Francesa foram abolidas as divisões societárias que privilegiavam os senhores feudais, o que contribuiu para o surgimento de uma sociedade de cidadãos iguais perante a lei, com liberdade econômica para prosseguir em seus interesses individuais, porém, apesar da liberdade eram desiguais em relação ao poder econômico, o que ocasionou o início de uma sociedade burguesa e capitalista.

⁵ Documento Eletrônico.

⁶ Documento Eletrônico.

Segundo Funari (2003, p.49), o sentido moderno do conceito de cidadania para identificar os indivíduos membros da sociedade que possuem direitos e força de decisão política sobre o Estado, deriva-se em uma junção da Revolução Francesa com o postulado romano. A respeito deste fato, o autor ressalta:

Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo se houver, antes, cidadãos. *Civis* é o ser humano livre e, por isso, *civitas* carrega a noção de liberdade em seu centro.

A exclusão social pode ocorrer por diversos fatores. De acordo com Wanderley (1999, p.16), a noção de exclusão social tem como principais causas:

[. . .] as causas da exclusão social eram o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenvolvimento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso a serviços.

Conforme Marshall (1967) o conceito de cidadania é composto por três categorias do direito: o civil, o político e o social. O direito civil, surgido no século XVIII, refere-se aos direitos inerentes à liberdade individual, tais como o direito de ir e vir, o de liberdade de imprensa e o direito à justiça expressa pela defesa de todos os direitos do elemento civil perante a Lei. Ao direito político, conquistado no século XIX, atribui-se ao direito de participar do poder político da sociedade no qual o indivíduo está inserido, seja como membro de um organismo político, seja como um eleitor de tal organismo. O direito social, conquistado no século XX, deve assegurar condições de uma vida digna e o mínimo de bem-estar econômico e social, para tal deve ser garantido o direito à educação, saúde, segurança, moradia e emprego. Estes direitos visam garantir um mínimo de bem-estar para toda a sociedade, através da redução dos excessos de desigualdades produzidos pelo capitalismo, surgido no século XVIII com a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra.

O conceito de cidadania é, portanto, um conjunto dos direitos civis, políticos e sociais. Neste contexto, o indivíduo só poderá ser considerado um cidadão efetivo sendo admitido como membro completo da sociedade, ou seja, como participante ativo no exercício de seus direitos e como cumpridor de seus deveres para com a sociedade.

O *status* de cidadania defendida por Marshall (1967) refere-se a um conjunto de direitos inerentes a igualdade humana básica da participação do cidadão na sociedade. Assim, o *status* de cidadão é conferido àqueles que são membros integrais de uma comunidade, ou seja, participantes efetivos da sociedade na qual estão inseridos.

Demo (1988, p.70) baseando-se em Marshall define cidadania como:

[. . .] qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. Trata-se de uma das conquistas mais importantes da história. [. . .] no lado dos deveres aparece, sobretudo o compromisso comunitário de cooperação e co-responsabilidade. Cidadania pressupõe o estado de direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres.

Segundo Demo (1995), a sociedade somente se desenvolve social, econômica, cultural e politicamente através da luta por seus direitos e cumprimento de seus deveres, portanto, perante a sociedade um indivíduo só é considerado sendo um cidadão se for capaz de reivindicar seus direitos. Ainda conforme Demo (1995, p.3) ressalta “[. . .] a cidadania é a raiz dos direitos humanos.”

Atualmente, o ser cidadão pode ser entendido como um membro da sociedade política a qual deve garantir os direitos básicos à vida, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros necessários para o efetivo exercício da cidadania, com liberdade e igualdade. O cidadão é o indivíduo que está no gozo dos direitos civis e políticos e cumpri os deveres para com o Estado e a comunidade. (HERKENHOFF, 2001).

3.2 Sociedade da Informação, Cidadania e a Função Social do Bibliotecário

Segundo Targino (1991) a cidadania surge quando o indivíduo tem consciência de seus deveres e acesso aos seus direitos, propiciando a participação política e social na sociedade. Esta participação só poderá ser efetiva através da democratização do acesso à informação, possibilitando que todos usufruam deste bem *sine qua non* para a formação do cidadão.

No final do século XX, no período pós-industrial, surge a Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento, caracterizada pelo uso de novas tecnologias para o processamento, acesso e disseminação da informação, mudanças ocorreram no cenário social mundial. Para Tarapanoff (1999, p.30) “[. . .] a Sociedade da Informação é um novo ambiente global baseado em comunicação e informação, cujas regras de operação estão sendo construídas em todo o mundo.” Em razão do surgimento desta nova sociedade, a informação passou a agregar um valor de transformação para o indivíduo, tal como demonstra Araújo (1991, p.37):

A informação é a mais poderosa força de transformação do homem. O poder da informação [. . .] tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo. Resta-nos, tão-somente, saber utilizá-las sabiamente como o instrumento de desenvolvimento que é, e não, continuarmos a privilegiar a regra estabelecida de vê-la como instrumento de dominação e, conseqüentemente, de submissão.

O fenômeno da Sociedade da Informação surge como conseqüência da explosão informacional, caracterizada, principalmente, pela aceleração dos processos de produção e de disseminação da informação e do conhecimento. Este novo modelo de estrutura socioorganizacional surge como um novo modo de evitar a exclusão social e dar oportunidades aos menos favorecidos. Neste contexto de desenvolvimento social, econômico e humano, o profissional bibliotecário precisa reconhecer a importância de sua profissão. Para tal, este profissional se insere no cenário do desenvolvimento humano, levando a informação à sociedade e ensinando-a a utilizá-la da forma mais adequada.

O surgimento desta nova esfera informacional e os desafios promovidos por ela, trouxe transformações ao profissional bibliotecário em relação a sua identidade profissional. Conforme Souza (2004), no novo cenário informacional a identidade do profissional da informação da área de Biblioteconomia, ou está vinculado aos papéis profissionais já estabelecidos, tanto social quanto politicamente, ou está relacionado a um novo papel profissional. Este novo aspecto profissional começa a ser estabelecido a partir dos anos 90 com a ocorrência da Sociedade da Informação ou do Conhecimento configurada como um novo modelo de organização social.

Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), o profissional bibliotecário, percebeu a necessidade de abandonar o velho perfil profissional configurado, muitas vezes, por ser apenas o de guardião da memória impressa, para se tornar como conforme destaca Morigi e Silva (2005)⁷ para se tornar “[. . .] disseminador da informação e agente do conhecimento”. Por este motivo, os bibliotecários necessitam estarem aptos a capacitar os cidadãos quanto ao uso destas novas tecnologias, através do aperfeiçoamento profissional e da educação continuada.

Frente a esta sociedade globalizada, não basta que o bibliotecário tenha apenas as habilidades técnicas da área da Biblioteconomia, ou esteja atento aos avanços tecnológicos, este profissional necessita conhecer a real necessidade da sociedade e habilitar-se como um agente social.

Arruda, Marteleto e Souza (2000) destacam algumas das principais habilidades inerentes ao bibliotecário na era da globalização:

- a) capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal;
- b) administração estratégica;
- c) educação continuada;
- d) planejamento estratégico;
- e) adaptabilidade social;
- f) capacidade de ser participativo, flexível, inovador e criativo;
- g) desenvolvimento de atividades em espaços onde haja necessidade de informação;
- h) ativas práticas interdisciplinares;
- i) estudo das necessidades de informação dos clientes e avaliação dos recursos dos sistemas de informação;
- j) relação entre informação e sociedade;
- k) ativa participação nas políticas sociais, educacionais, científicas e tecnológicas.

As habilidades destacadas acima contribuem para que o profissional bibliotecário exerça a função social tão necessária para a inclusão social das comunidades carentes e excluídas.

Tendo em vista o bom desempenho do fazer profissional, faz-se necessário estabelecer a identidade profissional do bibliotecário. Conforme ressalta Souza (2004, p.92) a afirmação da identidade profissional do bibliotecário é necessária para que este profissional tenha “[. . .]

⁷ Documento Eletrônico.

uma percepção própria do papel profissional que carrega e, portanto de seu potencial para atuar num coletivo cujo fim último é a geração de renda e bem estar social.”

Ainda de acordo com Souza (2004, p.93), a identidade profissional do bibliotecário pode ser compreendida como “[. . .] um conjunto de funções interrelacionadas executadas por pessoas que as adquirem como habilidades intelectuais e/ou operativas com base em preparação acadêmica ou por meio de treinamento e estágios de aprendizagem.”

Através de seu traço profissional de disseminador da informação, o bibliotecário deve ter consciência de que é ou pode vir a se tornar um agente de transformação social. Este *status* de disseminador da informação carrega-se de notoriedade, pois, uma informação corretamente transmitida tem o poder de transformar o conhecimento dos indivíduos, trazendo-lhes benefícios em seu desenvolvimento social em razão do inegável valor da informação para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Segundo afirma Almeida Junior (1997, a, p.56) “[. . .] são inúmeras as informações que podem e devem ser prestadas para a comunidade. Estas informações mudam o caráter da biblioteca e não é necessário que o usuário saiba ler.”

A função social do bibliotecário está diretamente relacionada com a necessidade social que se tem da informação. A informação como bem social deve ser acessível a todos. Portanto, é necessário disponibilizá-la à sociedade e ensiná-la a usufruir desta ferramenta em benefício próprio, seja para seu desenvolvimento econômico, cultural, social ou humano, propriamente dito. Portanto, o maior compromisso social do bibliotecário é a transferência da informação correta, que atenda a demanda surgida pelas necessidades informacionais de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. O bibliotecário deve considerar-se como um mediador entre a informação gerada, independentemente do suporte, e o usuário deve perceber-se como um veículo de transferência de informação e do conhecimento.

O bibliotecário deve ter consciência de sua responsabilidade social mediante a sociedade. Ciente de sua importância social deverá inserir-se em atividades que visem o desenvolvimento da sociedade, principalmente em razão à formação do cidadão. Barros (2005, p.69), reforça a importância da formação do cidadão para o desenvolvimento político-social dos indivíduos:

Formar cidadão é capacitá-lo para tomada de decisões acerca de todos os aspectos que o afetam na vida em sociedade, complementando que o acesso à informação e ao conhecimento exige capacidade que não restrinja a cegueira política, econômica e intelectual.

Embora as bibliotecas devessem possuir a função de facilitar o acesso à leitura, para contribuir com a formação de leitores e cidadãos críticos, inúmeras vezes, na realidade brasileira é atribuída quase que exclusivamente à escola tais funções por inúmeros motivos como a escassez de bibliotecas públicas e escolares e principalmente, o despreparo familiar na prática da leitura.

No entanto, as bibliotecas das escolas públicas, estaduais ou municipais, em geral possuem acervo desatualizado, profissionais não capacitados, entre outras deficiências, por este motivo não conseguem suprir tais carências educacionais. Neste contexto os profissionais da informação, principalmente os bibliotecários devem assumir seu papel enquanto formadores de leitores. Contudo, apesar de tais dificuldades, algumas bibliotecas mais atentas às questões sociais, procuram oferecer serviços de extensão à promoção da cultura como, por exemplo, ônibus biblioteca; circulação de livros a domicílio; realização de feiras de troca de livros, entre outros serviços que despertem o interesse pela cultura, buscando oportunizar a população carente, o acesso ao conhecimento e ao entretenimento. No entanto, estes serviços não são suficientes para atingir a toda população necessitada. Para tal, seria necessário um envolvimento verdadeiramente participativo por parte do Estado, com a criação de políticas públicas eficazes que interligassem à população necessitada, os bibliotecários e as instituições que visam à promoção da informação, educação, cultura e lazer. Porém, o Estado apesar de se preocupar em arrecadar verbas para destinar aos projetos sociais elaborados por instituições sem fins lucrativos, não se preocupa em ser participativo para a realização de ações sociais. Portanto, se omite em relação ao atendimento às necessidades básicas da população excluída, ou seja, o Estado destina verbas para as ações sociais, mas não as cria, deixando este compromisso a cargo da sociedade civil.

Neste contexto, as duas missões básicas relacionadas ao papel social do profissional bibliotecário que possibilitam a este profissional ser percebido como prestador de serviços relevantes à sociedade conforme aponta Souza (2004, p.101) são:

- a) conhecer e utilizar os meios que levam a localização de qualquer fonte de informação cujo conteúdo possa a qualquer momento ser pedido por qualquer pessoa;
- b) produzir informações sintética, descritiva e analítica de todo o acervo físico, ou não, que constituído pelo conjunto de todas as fontes conhecidas tenha conteúdo que possa a qualquer momento ser pedido.

Para que a Sociedade da Informação ou do Conhecimento evolua é absolutamente imprescindível que haja a expansão do acesso à informação. Esta expansão deve primar pela capacitação dos cidadãos frente aos desafios tecnológicos oriundos deste novo paradigma de sociedade surgido após o período pós-industrial. Neste contexto, o bibliotecário se insere mediante suas práticas sociais que atenta para a democratização do acesso à informação. De acordo com Araújo (2000)⁸ ações sociais ou práticas sociais podem ser definidas como “[. . .] ações desenvolvidas por um indivíduo ou por [um] grupo de indivíduos localizados em determinada formação social.”

Ainda com relação à desigualdade informacional ocorrida com o advento da Sociedade da Informação Lemos (2005, p.6) destaca:

Na chamada sociedade da informação, ainda existem pessoas desinformadas, não pela opção de não querer fazer parte desse processo, mas porque se vêem privadas do direito de participação. Isso se deve ao fato de que a informação só está disponível a quem pode pagar por ela, pois a informação está contida em suportes informacionais [. . .] cujo valor ultrapassa o poder aquisitivo de grandes parcelas da população.

Para a concretização das práticas sociais, a informação é um elemento *condito sine qua non*, tendo em vista que é mediante as trocas informacionais que os indivíduos percebem a existência dos seus direitos e deveres, conscientizando-os para a qualidade de vida. No entanto, para que as práticas sociais sejam consideradas completas, é necessário que haja um expressor, o bibliotecário, enviando um conjunto de informações compatíveis ao perceptor, a comunidade de usuários, atribuindo sentido mediante os conhecimentos já adquiridos.

A expressão Sociedade da Informação está relacionada a um modo de desenvolvimento social e econômico no qual a informação adquirida, armazenada, processada, valorizada, transmitida e disseminada conduz à criação de conhecimento e a satisfação das necessidades dos cidadãos, tendo grande influência na atividade econômica, na qualidade de vida e no desenvolvimento de suas práticas sociais. Para Takahashi (2000 *apud* Lemos 2005, p.11)⁹ a Sociedade da Informação “[. . .] não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico.”

⁸ Documento eletrônico.

⁹ TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

O bibliotecário deve atuar no sentido de propiciar autonomia ao cidadão para torná-lo capaz de conhecer a forma de adquirir a informação necessária para resolver suas questões informacionais. Isto evidencia que o bibliotecário deve estar atento aos novos papéis profissionais que surgiram com o avanço tecnológico, conforme ressalta Cunha (2003¹⁰), “[. . .] entender os novos papéis que surgem, as novas necessidades informacionais e as novas formas de responder a estas necessidades criando novos métodos e formas de trabalho.” No contexto do avanço tecnológico, o profissional bibliotecário deve realizar ações sociais tais como elaborar e participar de projetos, que visem a inclusão dos cidadãos na era digital, como a implementação e manutenção de telecentros nas comunidades mais afetadas pela exclusão social. Porém, não excluindo as comunidades carentes que não possuem acesso aos meios eletrônicos, como veremos a seguir.

3.3 Atuação do Bibliotecário nas Comunidades Carentes

Frente ao processo de globalização da informação e das mudanças mundiais ocorridas no século XX, houveram avanços tecnológicos que modificaram as demandas socioculturais da sociedade. Mediante estas mudanças, a tecnologia, a informação, o conhecimento e a comunicação tornaram a sociedade mais competitiva e exigente quanto ao processo de transferência da informação e do conhecimento. Em razão disso, a capacitação e a qualificação do profissional bibliotecário tornam-se indispensáveis para o desenvolvimento socioeconômico global. Tendo em vista o crescente volume de informação produzida, este profissional deve utilizar tais avanços tecnológicos como um instrumento facilitador do seu fazer profissional. Sobre esta questão Souza (2004¹¹) afirma que:

[. . .] as recentes tecnologias [. . .] facilitam as ações de um mesmo fazer que atua otimizando resultados, reduzindo custos [. . .] sem, contudo modificar a razão de ser da atuação de todo papel profissional que é dar um atendimento satisfatório a uma demanda humana diretamente para as pessoas ou indiretamente através das organizações às quais elas estão ligadas.

¹⁰ Documento eletrônico.

¹¹ Documento eletrônico.

O processo de globalização ao mesmo tempo em que integra os países, gera desfragmentação social e cultural dentro dos países integrados neste processo. Apesar da globalização intencionar um meio de inclusão dos indivíduos, exclui a maior parte da população, devido sua deficiência de conhecimento especializado e atualizado.

Este cenário de globalização traz à tona a necessidade da reformulação curricular dos cursos de Biblioteconomia. Tal reformulação deverá ser capaz de dotar o profissional bibliotecário de competências, tais como:

As grandes mudanças que se perfilam na abordagem de construção de todo profissional da informação ficam expressas nas competências onde: inteligência e conhecimento são requeridos para que se exerça um raciocínio analítico-crítico; habilidades para processar informações e tomar decisões; exercício da cidadania na dimensão social e ética; difusão de conhecimentos através da informática e dos meios de comunicação de massa são fundamentais para o bom desempenho profissional. (ARARIPE 1998, p.108).

No mundo globalizado, a informação é um bem de consumo e está vinculada a valores políticos, econômicos e sociais. Diante disto, o bibliotecário necessita repensar-se quanto profissional, precisa repensar seu papel frente às demandas sociais e informacionais da população excluída.

Estas premissas visam melhor atender as necessidades informacionais e sociais surgidas com o processo de globalização. Ainda de acordo com Araripe (1998, p.110), para o bom desempenho das atividades do fazer bibliotecário é necessário a este profissional exercer as seguintes ações:

Ações políticas; ações pedagógicas e de pesquisa; ações pró-ativas; atividades profissionais autônomas; parcerias com profissionais de outras áreas do conhecimento; atuação interdisciplinar; atividade de gerência, de liderança, de empreendedor, de forma ética, dinâmica e criativa, e apresentando um bom nível de auto-estima profissional.

Com as mudanças sociais, surgidas com a globalização da sociedade por meio dos avanços das tecnologias de informação, faz-se necessário repensar o perfil do profissional da informação. Este repensar, segundo Barros (2005), não deve ficar somente a cargo dos estudantes do Curso de Biblioteconomia, mas, principalmente, a cargo das universidades que

oferecem o Curso. Tais instituições devem reavaliar qual tipo de profissional estão formando ou gostariam de formar.

Rodrigues (2002¹²) sugere mudanças na formação do profissional da informação, mudanças que propiciem a formação de profissionais conscientes da importância de sua profissão, profissionais engajados com o desenvolvimento, autonomia e cidadania da população carente, pois a sociedade atual exige cidadãos não somente qualificados para o trabalho, mas principalmente aptos a refletir e produzir novos conhecimentos. A respeito desta emancipação dos cidadãos, Moraes (2001 *apud* Rodrigues 2002, p. 7)¹³ defende esta idéia, salientando que: “Somente quem consegue defender seus pontos de vista pode interferir no discurso coletivo, portanto quem é possuidor de uma desenvoltura argumentativa é capaz de concretizar sua cidadania de forma plena.”

As mudanças curriculares fazem-se necessárias pelo intuito de acompanhar as mudanças sociais ocorridas na sociedade contemporânea. O perfil do profissional da informação não deve fixar-se apenas nas demandas do mercado, este perfil deve ser estruturado de forma a atender os interesses da sociedade. Segundo Rodrigues (2002¹⁴) para estruturar estas mudanças é preciso:

Investigar a concepção de biblioteca que um determinado grupo social manifesta através da imagem que tem sobre essa instituição e seus profissionais, [. . .] [reunindo] importantes indicativos para guiar as reflexões acerca das transformações que essa instituição e a formação dos profissionais de informação deverão sofrer para acompanhar o processo contínuo de mudanças que ocorre na sociedade contemporânea.

Almeida Junior (2002) critica a grade curricular elaborada pelas IES (Instituições de Ensino Superior). Segundo ele é um grande equívoco estruturar, organizar e priorizar o perfil de um profissional com base apenas nas exigências de um mercado de trabalho que está cada vez mais voltado às tecnologias da informação, bases de dados, *softwares*, em detrimento do segmento social que a profissão de bibliotecário pode seguir.

O papel social da Biblioteconomia é explorado ainda com muita timidez pelas universidades, contribuindo, desta maneira para o baixo número de bibliotecários trabalhando em bibliotecas alternativas. As universidades que oferecem o Curso deveriam divulgar e

¹² Documento eletrônico.

¹³ MORAES, Roque. Produção numa sala de aula com pesquisa: superando limites e construindo possibilidades. In: CICLO DE CONFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO, 5, 2000, São Lourenço do Oeste, SC. **Anais...** Chapecó: Argus, 2001, p.83-93.

¹⁴ Documento eletrônico.

incentivar a participação do aluno em relação aos aspectos sociais que o profissional bibliotecário pode desenvolver junto à sociedade.

Almeida Junior (1997, a, p.120) reforça o despreparo dos futuros profissionais bibliotecários em relação ao nicho das bibliotecas alternativas espalhadas por nosso país ao afirmar que:

Os bibliotecários formados nas escolas de biblioteconomia hoje existentes no país, não recebem um adequado preparo quanto às características e necessidades das bibliotecas alternativas. Poucas são, inclusive, as disciplinas que procuram discutir o papel social do profissional bibliotecário e incluem tal assunto nos seus programas didáticos.

Tal fato corrobora para a rara existência de profissionais da área de biblioteconomia atuantes nas bibliotecas alternativas, sendo a organização, administração, estruturação destas instituições delegadas, na maioria das vezes, aos próprios membros das localidades beneficiadas. Este quadro poderia ser revertido se houver um maior comprometimento das universidades que ministram o curso de Biblioteconomia com as questões sociais de nosso país. Pois, segundo Araújo (1997) a informação é um instrumento efetivo para as mudanças sociais e para as lutas por direitos de cidadania. Contudo, atualmente, as universidades estão cada vez mais centradas ao ensino das ferramentas das tecnologias da informação, esquecendo-se dos aspectos sociais da Biblioteconomia, da importância social do fazer biblioteconômico, como instrumento de transformação social.

Infelizmente, ainda são muitas as regiões excluídas socialmente, privadas de fatores essenciais para a qualidade de vida¹⁵. Estas regiões são carentes de um sistema de informações que atendam às necessidades informacionais locais e, também, pela falta de programas de incentivo à cultura ou de políticas públicas. No intuito de amenizar esta problemática, surgem as redes de informação local. Tais redes caracterizam-se por serem instituições que visam à transformação social das comunidades economicamente carentes, através da cultura, do lazer e da disseminação de informação de forma acessível a toda comunidade.

A negligência sofrida pelas bibliotecas, por parte do Estado que não cria políticas públicas capazes de fortalecer a importância da informação como um bem público, exclui a população da Sociedade da Informação como destaca Milanesi (2002, p.35):

¹⁵ Direito à moradia digna, saúde, educação entre outros direitos básicos conforme descrito no Capítulo II Dos Direitos Sociais, artigo VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Não basta, pois, ser alfabetizado e ter vontade de ler. É preciso que existam livros, revistas e jornais para que sejam lidos. Há, enfim, um caminho longo entre o homem e as circunstâncias de onde vive. Se o meio for generoso e oferecer oportunidades, o indivíduo poderá, com a educação formal, com as leituras e demais fontes de informação ter mais autonomia para pensar e agir.

As bibliotecas públicas, por serem localizadas normalmente em grandes centros urbanos, ficam distantes das comunidades excluídas, este é um fator que afasta, ainda mais, estas comunidades do convívio com as bibliotecas públicas. Outro fator que implica no afastamento da comunidade à biblioteca é o não conhecimento, por parte da biblioteca, das necessidades e demandas dos grupos sociais que deveria atender.

No entanto, a comunidade busca alternativas para amenizar o descaso social do Estado em relação ao seu papel para com a sociedade. Neste sentido, a população busca novas formas de organização institucional, constituindo o que se entende por sociedade civil.

Buscando alternativas para esta problemática social gerada pelo descomprometimento do Estado, a sociedade civil se organiza em movimentos de participação comunitária, criando instituições alternativas, os Centros de Informação Popular ou Bibliotecas Comunitárias mantidas por esta própria sociedade civil, como as associações de bairros, clube de mães, entre outras organizações criadas e mantidas pela comunidade, onde raramente há apoio do governo. Estas instituições alternativas buscam abranger as informações utilitárias que atendam às necessidades informacionais diárias desta comunidade. Estes movimentos sociais surgem a partir da identificação das necessidades coletivas. Infelizmente, ainda é rara, mas não nula, a presença de um profissional bibliotecário nestas organizações populares.

Nas bibliotecas comunitárias, que contam a colaboração do bibliotecário, fica a cargo deste profissional disseminar a informação em suportes que sejam acessíveis, compreensíveis e atrativos ao usuário. O bibliotecário deve atuar como mediador no processo de transferência da informação, traduzindo-as ao nível de conhecimento dos grupos sociais que atende. Estas bibliotecas surgiram inicialmente como uma extensão das bibliotecas públicas nos bairros, não se preocupando em conhecer a comunidade que visa atender, e não oferecendo serviços apropriados para suprir as necessidades informacionais de tais grupos sociais. Os objetivos principais das bibliotecas comunitárias vão além de disseminar a informação utilitária. Estas bibliotecas visam apoiar a alfabetização, desenvolver a prática de leitura, promover a cultura e preservar a memória local da comunidade.

As bibliotecas alternativas, afim de não excluir membros da comunidade, como os analfabetos, devem priorizar a informação e não a leitura como acontece nas bibliotecas públicas, porém, deve também ter o compromisso de realizar esforços que visem reverter esta situação, diminuindo o quadro de analfabetos nas regiões excluídas. Estas bibliotecas são constituídas com a finalidade de atender uma comunidade específica, sendo para isso, necessário identificar seus interesses e necessidades.

Estas instituições buscam promover a ação cultural nas comunidades excluídas e trazer os indivíduos para a biblioteca, criando um espaço onde haja a identificação desta para com a biblioteca. As ações culturais, desenvolvidas por estas bibliotecas podem surgir como palestras, cursos, exposições, eventos, debates com o objetivo de combater os conflitos sociais, além de trazer esclarecimento quanto a questões oriundas das demandas informacionais destas comunidades, obtidas através dos Estudos de Comunidade com os métodos de observação, aplicação de questionários e entrevistas para o delineamento do perfil destes usuários.

Dentre os tipos de bibliotecas alternativas temos os Centros de Documentação Popular ou Centros de Informação Popular. Estes centros surgiram na década de 70 visando apoiar os movimentos sociais ocorridos em razão do cerceamento informacional promovido pela ditadura militar ocorrida em 1964, em resposta a imparcialidade da biblioteca pública em relação a sua função primordial de disseminar a informação. As bibliotecas públicas se tornaram excludentes em razão do suporte informacional que utilizam. Estas instituições utilizam, em sua extrema maioria, apenas suportes escritos, tais como livros, revistas, jornais entre outros, ou o acesso à informação em rede mediante o uso de computadores, sem que seja feita a educação dos usuários para o uso destas tecnologias. Tal fato ocorre, muitas vezes, por *déficit*, no quadro de pessoal responsável pelo atendimento destas bibliotecas. Desta forma, estas instituições criam ao seu redor uma barreira, na maioria das vezes, intransponível para os analfabetos.

Estas redes de informação local surgem nas comunidades pela falta de programas de incentivo à cultura e ao lazer. Tais instituições visam à transformação social destas comunidades carentes, através da disseminação de informação, conhecimento, cultura e lazer. As instituições populares visam fortalecer a cidadania, conquistar e expandir os direitos sociais e de democracia. Para tanto, a biblioteca necessita estar integrada com a comunidade que visa atender. A instituição biblioteca não pode, ou ao menos não deveria ser algo imposto dentro da comunidade, ela deveria surgir em razão de uma necessidade da comunidade interligada aos movimentos comunitários ali existentes, e ainda deve estar aberta à

participação dos membros da comunidade para a elaboração ou reestruturação dos serviços oferecidos. Desta forma, tais bibliotecas possuem a possibilidade de serem percebidas como um organismo vivo imprescindível mediante a disponibilização de informação de caráter utilitário.

A disseminação da informação nestas bibliotecas alternativas deve ocorrer de forma clara, inteligível e acessível a quem necessita. Desta forma, devem atuar na mediação da informação, disseminada pelos meios de comunicação em massa destinada a uma pequena parcela da população, adaptando-a e traduzindo-a uma linguagem acessível para a grande parcela da população excluída no tocante à forma de acesso, ao tipo de suporte, e ao entendimento da informação divulgada. Esta é umas das responsabilidades sociais do bibliotecário, a transmissão de conhecimento de forma adequada ao nível de conhecimento do grupo social pretendo a ser atingido. Para Freire (1999) o conhecimento somente será um instrumento de transformação social se a linguagem utilizada for acessível ao nível de compreensão da comunidade na qual se pretende disseminar esta informação.

As bibliotecas alternativas devem ser capazes de auxiliar os indivíduos e os grupos comunitários na resolução dos problemas diários através de informação utilitária, democrática e acessível a todos, tendo em vista, seu compromisso para com o desenvolvimento da comunidade. As instituições mantenedoras destes centros são, em sua grande maioria, as comunidades beneficiadas, associações de bairros, organizações não governamentais localizadas próximas a estes centros, entre outras organizações ligadas à comunidade, sem que haja, na maioria dos casos a intervenção financeira por parte do Estado.

Nas comunidades carentes muitas vezes ocorre a subutilização da biblioteca. Isto por vezes ocorre pelo desconhecimento, por parte da comunidade, dos benefícios que a instituição biblioteca pode originar para cada indivíduo, como por exemplo, cultura, lazer, informação utilitária, leitura, estudos complementares, entre outros benefícios que irão contribuir para a melhoria da qualidade de vida de cada indivíduo. Há também, uma mitificação relacionada à biblioteca, de que esta é uma instituição para eruditos, que somente as pessoas cultas e bem trajadas podem frequentá-las. Apesar deste mito, Almeida Junior (1997, b, p.52) esclarece que “[. . .] a biblioteca está aberta para quem dele quiser fazer uso, não importando raça, cor, credo, convicções políticas [e] classe social.” Neste sentido, o bibliotecário deve atuar junto à comunidade para que seja possível modificar a atuação da biblioteca, sendo necessário transpor as barreiras que distanciam os usuários potenciais da biblioteca.

A fim de tornar a biblioteca mais atrativa à comunidade, as bibliotecas brasileiras deveriam dispor de Centros Referenciais como os existentes em países como os Estados

Unidos e Inglaterra. Nestes centros existem bibliotecários instruídos para atender as demandas informacionais surgidas, oferecendo informações que orientam a solução destas demandas. Porém, um país em desenvolvimento como o Brasil, ainda está distante da estrutura e de compromisso social como ocorre nos países desenvolvidos.

O bibliotecário deve ter o cuidado de conhecer a comunidade a qual atende, para que seja possível transferir informações que atendam suas necessidades, somente desta forma o trabalho da biblioteca pode ser visto como interessante e útil para as comunidades. No entanto, ações sociais, como a organização de movimentos populares, não devem ser vistas como paliativos contra a miséria, mas sim como um processo de constante transformação da sociedade brasileira.

Em contrapartida às instituições alternativas, a biblioteca pública é um organismo que contribui para a democratização da informação, pois é mantida pelo Estado, e não cobra pela informação que disponibiliza, porém, um fator que diverge da questão da democratização da informação é o tipo de suporte informacional que dispõe como já explicitado anteriormente. Portanto, existem ambigüidades em relação à disseminação e ao acesso efetivo da informação, uma vez que, ao abranger apenas os indivíduos alfabetizados, torna-se uma instituição que ao mesmo tempo em que possui um forte compromisso social para com a sociedade que deveria atender suas necessidades informacionais, exclui uma significativa parte da população, os analfabetos totais ou funcionais. O acesso à informação é essencial para que ocorra a transformação social de uma sociedade, a este respeito Lins (2003, p.68) enfatiza o desafio oriundo da Sociedade da Informação:

[. . .] quanto mais informação possuir uma pessoa, maior [poderá ser] sua interferência na sociedade. Para que se conquiste a transformação social o acesso democrático a informação é fundamental e deve ser efetivado. Eis o grande desafio desta sociedade da informação: informar para dar acesso a melhores condições de vida.

Apesar desta problemática, a biblioteca pública ainda é percebida como necessária pela população que tem acesso a ela, em sua maioria, estudantes e pesquisadores, embora devesse buscar alternativas para diminuir o quadro de exclusão informacional sofrido pelas comunidades já excluídas da sociedade. No entanto, o profissional bibliotecário que atua em bibliotecas comunitárias deve conhecer as demandas informacionais da comunidade local e desenvolver serviços que atendam a estas demandas, tanto para os usuários reais, quanto para os usuários potenciais. Segundo Abath (1996) para que este objetivo seja atingido, faz-se

necessário escutar a comunidade com o intuito de saber o que ela necessita realmente. De posse deste conhecimento, este profissional deverá implantar serviços que efetivamente atendam a estas necessidades informacionais. Somente desta forma a biblioteca poderá não mais ser vista pela comunidade como algo distante e inútil. Para tal, como foi dito anteriormente, o bibliotecário necessita conhecer a comunidade atendida, investigando suas reais necessidades de informação, objetivando oferecer-lhes serviços que supram suas carências informacionais, independentemente do tipo de instituição que o profissional bibliotecário atue. Pois, conforme Duckwort (1991 *apud* Abath 1996, p.46)¹⁶ afirma:

[. . .] geralmente os serviços oferecidos são realizados sem nenhuma consulta à comunidade a qual estão vinculadas. Esses serviços são de certa forma, impostos pela biblioteca no momento que julgam que os serviços que oferecem, é o que responde à **necessidade de informação** da comunidade. Com esta atitude os serviços prestados ficam distantes da realidade. (grifo nosso)

A necessidade de informação é definida por SANZ CASADO (1994, p.23-24) como “[. . .] a sensação de carência de algo [. . .] aquilo que um indivíduo deve possuir para seu trabalho, investigação, educação, etc. [. . .] parte importante do processo criativo.” (tradução nossa).

Diante do exposto, a função primordial das bibliotecas é democratizar a informação. Uma biblioteca somente se tornará útil e imprescindível para a população quando integrar, em seus serviços, os interesses das classes populares. De acordo com Almeida Junior (1997, a) a biblioteca deve auxiliar cada pessoa na busca do resgate de sua dignidade e de sua condição de cidadão, pois a informação é necessária para que os indivíduos tenham condições de exercerem seus direitos de cidadão, pois sem informação não é possível haver cidadania.

A biblioteca deve atingir a todos os segmentos da população, e não somente aos alfabetizados, por isso deve estar ciente de que ao contrário da leitura, a informação atinge a população como um todo. Portanto, a biblioteca que prioriza a informação se fará presente aos que mais necessitam dela, independentemente desta comunidade estar formada por alfabetizados ou não. Porém, não basta que a instituição biblioteca transfira qualquer informação, esta deve sempre estar adequada às necessidades da comunidade, conforme salientado anteriormente.

¹⁶ DUCKWORTH, Ana Maria [et al.] Biblioteca pública e comunidades: prestação de serviço de utilidade pública. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**. Salvador, APBEB, 1991.

Conforme Cunha (2003, p.5) “[. . .] comunicar informação é tarefa essencial do bibliotecário.” A informação é um bem social, um direito de todos e, conforme citado anteriormente, sem ela não há exercício da cidadania. Porém, mediante as diferenças socioeconômicas, a informação não é um bem público acessível a todos, de forma democrática, é uma mercadoria cara que exclui quem não pode pagar por ela. Com esta afirmação observa-se a fundamental importância da atuação do bibliotecário no sentido da democratização da informação para a comunidade excluída.

Diversos autores afirmam que o objetivo máximo da biblioteca é de incentivar à leitura, outros, no entanto, afirmam que o objetivo principal da existência da biblioteca seria a disseminação da informação independente do suporte apresentado. Na realidade, a biblioteca deve incentivar a leitura, porém, não deve excluir usuários potenciais como os analfabetos, deve disseminar a informação e o conhecimento em suportes e linguagens acessíveis a estes usuários, bem como promover ou incentivar a realização de cursos de alfabetização visando contribuir para a emancipação social dos usuários. Com isto evidencia-se o forte papel educacional que o profissional bibliotecário deve desenvolver junto às bibliotecas comunitárias.

A construção da cidadania está intrinsecamente associada ao acesso e uso da informação, pois a conquista de direitos somente pode se concretizar através do livre acesso e disseminação da informação. Segundo Araújo (1999, p.5), o acesso à informação é de fundamental importância para o exercício pleno da cidadania, pois:

[. . .] a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação.

Para que a informação alcance esse *status* de livre, ela deverá ser tida como um bem social e um direito de todos, sendo tão importante quanto os direitos civis, políticos e sociais. Portanto, o bibliotecário como agente social, deve se comprometer com a sociedade no sentido de democratizar o acesso à informação, possibilitando uma maior qualidade de vida aos indivíduos. Em relação à qualidade de vida, Tarapanoff (1999, p.29) alerta para o fato de que “[. . .] a nova sociedade da informação deve ter uma clara orientação humanística [. . .] com pleno acesso e capacidade de utilização da informação e do conhecimento para sua

qualidade de vida, o desenvolvimento individual e coletivo dos cidadãos [. . .].” Para tanto, este profissional deve fazer uso dos meios adequados para a recuperação de qualquer fonte de informação que possa vir a ser solicitada pela comunidade atendida. Apesar deste fato, ressalta Almeida Junior (1997, a) a importância de passar a direcionar os serviços oferecidos pela biblioteca para que seja possível contribuir para o aumento da qualidade de vida da comunidade “carente de informação”, somente desta forma a comunidade poderá perceber o profissional bibliotecário como útil e a instituição biblioteca como necessária.

4 METODOLOGIA

A metodologia empregada para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica sobre o papel social do bibliotecário para a construção da cidadania. Para tanto, foi realizado um levantamento das fontes impressas e eletrônicas disponíveis sobre o tema. A abordagem utilizada na pesquisa foi de revisão de literatura pertinente ao assunto proposto.

As fontes de informação utilizadas neste estudo são as revistas específicas da área de Biblioteconomia, abrangendo o período de 1991 a 2007 e demais livros de conteúdos interdisciplinares relevantes para a compreensão do papel social do profissional bibliotecário no contexto da construção da cidadania e da formação dos cidadãos.

Suas fases foram delimitadas segundo Gil (1991) e Marconi; Lakatos (2001). Primeiramente identificou-se o tema, tendo sido escolhido o papel social do bibliotecário. A etapa seguinte compreendeu a identificação das fontes, mediante a elaboração do levantamento bibliográfico sobre o tema escolhido. Foram consultados catálogos *online* das bibliotecas da UFRGS e do Portal de Periódicos da CAPES para localização de periódicos específicos na área de Biblioteconomia e sites da Internet.

Com o resultado obtido através do levantamento bibliográfico, iniciou-se uma nova etapa, que consistiu na localização das fontes e obtenção do material. Para isso, visitou-se as bibliotecas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), da Faculdade de Educação (FACED) e a Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH) desta Universidade, para a localização das fontes selecionadas. A partir da busca e identificação destas fontes, foram selecionadas aquelas passíveis de obtenção de dados relevantes para a pesquisa.

A obtenção do material impresso deu-se por consulta local, cópia xerográfica, ou empréstimo domiciliar nas bibliotecas supra citadas. Os sites consultados através da *Internet* foram salvos no computador para consultas posteriores, bem como os documentos eletrônicos que apresentavam artigos na íntegra.

O último passo da pesquisa consistiu em três etapas, sendo elas a leitura do material selecionado a partir das buscas nas fontes, elaboração das idéias dos principais autores que tratam sobre o tema de acordo com os objetivos do estudo a transcrição dos dados e a redação do trabalho. Na pesquisa bibliográfica de acordo com Gil (1987), a leitura dos documentos deve servir aos objetivos de identificar as informações e dados do material, sendo necessário analisar a consistência destes dados e relacioná-los com o problema proposto. Portanto, nesta

fase foram realizadas as leituras das fontes selecionadas e a compilação de dados em fichas de apontamentos.

As fichas de apontamentos, segundo Marconi e Lakatos (2001), tem o objetivo de identificar as obras consultadas, além da transcrição de citações e formação de críticas ao material analisado. Após a leitura, coleta, análise e interpretação das informações, partiu-se para a produção do texto, que demonstra, na forma desta monografia, as contribuições obtidas através do cruzamento das informações encontradas na literatura com as considerações pessoais sobre o tema proposto.

5 CONCLUSÃO

Através deste estudo buscou-se verificar a atuação profissional do bibliotecário perante as mudanças sociais ocorridas no último século. Buscou-se enfatizar a importância do profissional bibliotecário, como agente de transformação social no sentido de democratizar o acesso à informação, tendo em vista o valor inegável da informação para a construção da cidadania, tanto para possibilitar a participação efetiva do cidadão na sociedade a qual está inserido, quanto para lhe proporcionar uma melhoria na qualidade de vida.

Para tanto foi analisada a postura profissional do bibliotecário frente a sua *práxis* para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, bem como sua atuação para a inclusão social das comunidades carentes de informação. Procurou-se evidenciar o papel educacional das bibliotecas alternativas para a emancipação sociocultural dos indivíduos excluídos por motivo do processo da globalização informacional.

Mediante este estudo, buscou-se salientar a importância de as bibliotecas alternativas surgirem nas comunidades carentes como reflexo de suas necessidades informacionais, atendendo a questões delineadas mediante os movimentos sociais existentes nestas comunidades, e não como uma instituição imposta à comunidade, sem vínculo real com seus anseios informacionais. Portanto, faz-se necessário que o bibliotecário conheça a população que pretende atender, visando adequar os serviços oferecidos a estas comunidades, e disseminar a informação de forma adequada, utilizando uma linguagem acessível para estes grupos sociais. Outro fator no qual o profissional bibliotecário deve estar atento, é o suporte utilizado no processo de disseminação da informação e do conhecimento.

Verificou-se a necessidade da atuação interdisciplinar do profissional da área de Biblioteconomia com profissionais da área da educação. Esta interdisciplinaridade objetiva suprir as falhas do Estado para com o desenvolvimento socioeducacional da sociedade, mediante ações de alfabetização e apoio ao aprimoramento educacional dos indivíduos.

No decorrer deste estudo detectou-se que a formação acadêmica do futuro profissional da informação não corrobora como deveria, para o envolvimento do bibliotecário nas questões sociais, pois, de uma forma geral, as universidades que oferecem o curso de Biblioteconomia não enfatizam a responsabilidade social que este profissional possui diante da sociedade. Mesmo que esta situação já esteja começando a se modificar, ainda é tímida a preocupação das universidades como a questão social do profissional da área de Biblioteconomia.

A atuação do bibliotecário nas comunidades carentes é quase nula em razão das dificuldades geradas pela falta de recursos humanos, financeiros e, até mesmo de recursos físicos, pois muitas vezes, estas bibliotecas são instaladas em espaços residenciais pela falta de apoio do Estado. Isto evidencia o descaso do Estado em garantir o bem estar dos indivíduos e o direito ao acesso à informação.

Perante o quadro social apresentado em nosso país, faz-se cada vez mais necessário que o profissional bibliotecário seja criativo para a execução de ações sociais, esteja integrado com as comunidades excluídas, com os profissionais de outras áreas, educacionais e sociais, objetivando atuar de forma efetiva na transformação social da população excluída da sociedade. Um fator que influencia esta questão é falta de políticas públicas do Estado em relação à promoção de cultura e informação à população excluída. Tais políticas públicas deveriam agir de forma a interligar a população carente de informação, os profissionais da área de Biblioteconomia e as instituições que visam à promoção da cultura, da informação, educação e lazer.

Ainda há muito que ser feito na questão social e educacional em nosso país, e percebe-se que o ideal de sociedade justa e igualitária, ainda é distante do desejado. O profissional da área de Biblioteconomia, ciente de sua responsabilidade social deve estar integrando com os anseios informacionais da sociedade. Tal consciência social irá corroborar na questão da promoção da cidadania plena em nossa sociedade, visando formar cidadãos críticos em relação a seus direitos e deveres. A realização da *práxis* social do bibliotecário irá possibilitar ao cidadão carente, maior autonomia em relação à resolução de questões informacionais que contribuam para seu desenvolvimento pessoal.

REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel Joffily [et al.] Experiência de serviços informacionais para comunidades economicamente desfavorecidas na cidade de João Pessoa – PB. **Informação e Sociedade: Estudos**, v.6, n.1, p.45-56, 1996.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: UEL, 1997.

_____. Formação, formatação: profissionais produzidos em série. In: Valentim, Marta Lígia Pomim (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

_____. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis: APB, 1997.

ALVES, Erinaldo. A informação, a cidadania e a arte: elos para a emancipação. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.7, n.1, p.13-38, 1997.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Bibliotecário: profissional da informação (re)desenhando o perfil a partir da realidade brasileira: proposta para os países do MERCOSUL. In: **Tercer ENCUESTRO DE DIRECTORES Y SEGUNDO DE DOCENTES DE LAS ESCULEAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 1998, Santiago**. [Anais...] Santiago: Universidad Tecnológica Metropolitana, 1998.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Centros de informação popular e o bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.2, n.2, p.17-23, 1997.

_____. Informação: recursos para a ação política do cidadão? **Enc. Bibli: R. Bibliotecon**. Ci. Inf., Florianópolis, n.9, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/regular.html>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

_____. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.29, n.2, p.155-167, mai./ago. 1999.

ARRUDA, M.C.C.; MARTELETO, R. M.; SOUZA, D.B. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.29, n.3, set./dez. 2000.

BAPTISTA, Sofia Galvão. A inclusão digital: programas governamentais e o profissional da informação – reflexões. **Revista de Inclusão Social**, [s.l.], v.1, n.2, 2006. Disponível em: <<http://www.ibict.br/revistainclusaosocial/viewarticle.php?id=22&layout=html>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

BAQUERO, Marcello. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Reiventado a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/ UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDN), 2001.

BARI, Valência Aparecida. Dimensão social das bibliotecas públicas no Brasil, trabalhando para o pleno exercício da cidadania. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v.1, n.2, p.86-95, 2000.

BARROS, Flávia Roberta dos Santos. Bibliotecário e o compromisso social: quais as possibilidades para a realização desse encontro? In: SOUTO, Leonardo Fernandes (Org.) **O profissional da informação em tempo de mudanças**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2005.

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.15, 1 sem., p.1-6, 2003. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edicao_15/cunha_papelsocial.pdf>. Acesso em: 01 out. 2006.

DALLARI, Dalmo. **A cidadania e sua história**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/historia.htm>> . Acesso em: 06 set. 2006.

DEMANT, Peter. Minorias: direitos para os excluídos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida** São Paulo: Autores Associados, 1995.

_____. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo. Roma: a cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FREIRE, Isa Maria; ARAUJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. A responsabilidade social da ciência da informação. **Transinformação**, v.11, n.1, p.7-15, jan./abr. 1999.

GARCÍA, Juan René. Función social de la biblioteca y del bibliotecário. In: CAMPOS, Estela Morales (Coord.). **Función social de la biblioteca y del bibliotecário**. México: Unam, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

GUARINELLO, Norberto Luiz . Grécia: cidades-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

HERKENHOFF, João Baptista. **A cidadania**. 2.ed. Manaus: Valer, 2001.

KARNAL, Leandro. Revolução Americana: Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2.ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE MOS, Charlene Kathleen de. **Bibliotecas comunitárias em região de exclusão social na cidade de São Paulo**. Marília: [s.n.]: 2005. 153f. (TCC – Graduação em Biblioteconomia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho). Disponível em: http://www.vivaleitura.com.br/calendario_detalhe.asp?id_projeto=1187. Acesso em: 15 dez. 2006.

LINS, Ivana; CARVALHO, Kátia de. Desafios para o acesso democrático à informação, na sociedade contemporânea. In: Jambeiro, Othon ; SILVA, Helena Pereira da. **Socializando informações, reduzindo distâncias**. Salvador : EDUFBA, 2003.

MARSHALL, Thomas. Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MONDAINI, Marco. Revolução Inglesa: o respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2002.

_____; SILVA, Magali Lippert da. Paradigma tecnológico e representações sociais dos bibliotecários sobre seu perfil e suas práticas no contexto da sociedade da informação. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/search/titles?searchPage=9>. Acesso em: 01 jul. 2006.

NAVES, Rubens. Terceiro setor: novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINHO, José Antônio Gomes; SANTA, Mercejane Wanderley; CERQUEIRA, Sonia Margarida Bandeira. Gestão Pública em Busca de Cidadania: experiências de inovação em Salvador. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, 1997. Disponível em: <http://inovando.fgvsp.br/conteudo/publicacoes/publicacao/cadernos.htm>. Acesso em: 14 nov. 2006.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. A evolução do conceito de cidadania. **Revista Ciências Humanas - UNITAU**. Disponível em: www.unitau.br/prppg/publica/humanas/revista_v7_n2_2001.htm. Acesso em: 06 set. 2006.

ROCHA, M. P. C. A questão da cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.29, n.1, p.40-45, jan. abr. 2000.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. A formação profissional em biblioteconomia: superando limites e construindo possibilidades. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.13, maio 2002. Disponível em: www.encontros-bibli.usfc.br/Edicao_13/rodrigues.pdf >. Acesso em: 10 out. 2005

SANZ CASADO, E. **Manual de Estudos de Usuários**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Rui Pérez, 1994.

SCHMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo; ANHUCCI, Valdir; CARLOTO, Cássia Maria. **Cidadania: uma discussão sob a perspectiva de gênero**. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n1_valdir.htm. Acesso em: 14 nov. 2006.

SILVA, Helena Pereira; JAMBEIRO, Othon (Org.) **Socializando informações: reduzindo distâncias**. Salvador: EDUFBA, 2003.

SINGER, Paul. Direitos sociais: a cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Francisco das Chagas. Construindo a cidadania?. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.4, n.1, p.17-26, 1994.

_____. O nome profissional da informação “bibliotecário” no Brasil: o efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**; Florianópolis, n.18, 2 sem., p.190-106, 2004. Disponível em: http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edicao_15/cunha_papelsocial.pdf. Acesso em: 01 out. 2006.

_____; TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **Datagramazero – Revista de Ciência da Informação**, v.3, n.5, out. 2002. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out02/F_I_art.htm. Acesso em: 05 jan. 2007.

TARAPANOFF, Kira. O profissional da informação e a sociedade do conhecimento: desafios e oportunidades. **Transinformação**, Campinas, v.11, n.1, p.27-38, jan./abr. 1999.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.149-160, jul./dez. 1991.

_____. **Olhares e fragmentos: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação**. Teresina: EDUFPI, 2006.

_____. Práxis bibliotecária. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.7, n.1, p.39-53, 1997.

VALENTIN, Marta Lúcia Pomim (Org.) **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004.

VALENZUELA URRRA, Cristián. Competências profesionales de los egresados de la carrera de bibliotecología de la Universidad de Playa Ancha de Ciências de la Educacion: uma proposta para Mercosur. **Transinformação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 93-99, jan./jun. 2001.